

ATENÇÃO

Ao fazer uso das presentes cópias, o interessado deverá:

- mencionar que os respectivos originais pertencem aos autos judiciais provenientes do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO;
- estar ciente das restrições referidas na Lei Federal nº 9.610, de 19.02.1998 (Lei de Direitos Autorais), e nos arts. 138 a 145, do Código Penal, que prevê os crimes de calúnia, injúria e difamação;
- solicitar diretamente aos autores ou retratados autorização para utilização de textos ou imagens protegidos por direitos autorais.

NOTA

Os presentes autos judiciais foram digitalizados e microfilmados graças ao convênio celebrado entre a Universidade de Campinas e o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com recursos provenientes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Projeto n. 06/57297-1, intitulado "Trabalhadores no Brasil: Identidades, Direitos e Política (séculos XVII a XX)", através do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (CECULT), com colaboração técnica do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), que detém as matrizes dos microfilmes.

As reproduções podem ser consultadas nos arquivos das duas instituições conveniadas e os originais, no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

P.C.

8309/72
13.11.72



3858

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO

TRT - SP N.º 177/72

21 / 9 / 72



RELATOR: Juiz FRANCISCO GARCIA MONREAL JUNIOR
REVISOR: Juiz ~~ALBERTO PEREIRA JUNIOR~~
MARCELO MAGUE

ACORDO

DISSÍDIO COLETIVO

ORIGEM: JAU

SUSCITANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO
MOBILIÁRIO DE JAU

SUSCITADO: CIOCCHETTI & IRMÃ

162

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO



COMARCA DE JAÚ

REGISTRO 950 / 72

LIVRO 10 FLS. 41

2.º CARTÓRIO DE NOTAS E OFÍCIO DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

JOEL NINNO
ESCRIVÃO

DISSÍDIO COLETIVO

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MO-

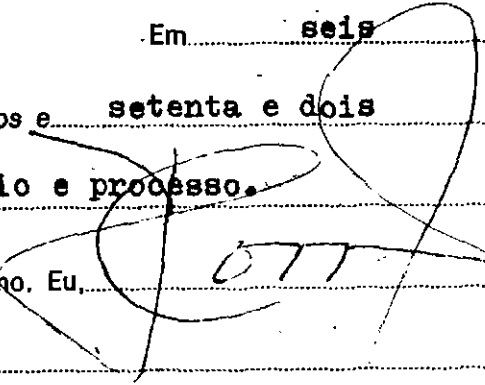
BILIÁRIO DE JAÚ

Suscitante

CIOCCHETTI & IRMÃO

Suscitada

AUTUAÇÃO

Em seis de outubro de mil
novecentos e setenta e dois, nesta cidade de Jaú, em cartório, autuo
o ofício e processo. Para constar, lavrei
este termo. Eu, , escrevente, subscrevi.

950
Of. SEEE/EP Nº

002207

2
29.9.72.

Senhor Juiz.

D.R.A., com urgência.
Volte ch.
Jaú, 5/10/72
7

De ordem do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal,
tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. os autos TRT/SP Nº...
177/72-A - Dissídio Coletivo - entre partes: Sindicato dos Traba
lhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jaú, co-
mo suscitante e Cciouetti & Irmão, como suscitado, para os devi
dos fins.

Valho-me da oportunidade, para apresentar a
V. Exa. os protestos de estima e consideração.

OFÍCIO DO
DISTRIBUIDOR-CONTADOR JUDICIAL
Dist. à Vara - Ao Of. Juiz

JAÚ

06 OUT 1972

Escritório Oscar Fátima
- ESCRIVÃO -

Domingos Manoel Escalera

Secretário do Tribunal

Do Secretário do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Ao Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca de Jaú



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2.ª REGIÃO

TRT - SP N.º 177/72
27 / 9 / 72

RELATOR: Juiz

REVISOR: Juiz

DISSÍDIO COLETIVO

ORIGEM: JAU

SUSCITANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CONSTRUÇÃO E DO
MOBILIÁRIO DE JAU

SUSCITADO: COIOQUETTI E IRMÃS



13578252300

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO

RIF/Jan 135/72

Distribuição

Assunto: Mesa redonda nacional
entre o Sind. do Trabalho
e dos Construtores e
do Mobilizante de Jan
e a firma
Ciocchetti & Fumão, de
Bocaina - SP.

S.S.

S.S.

T.R.T.

97
19

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO

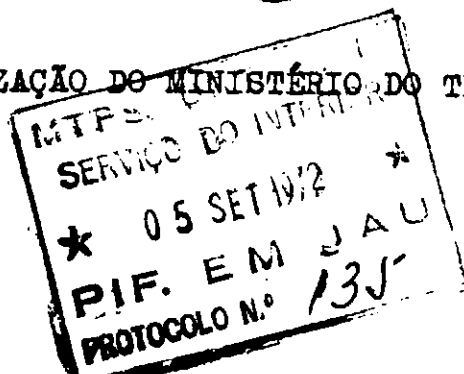
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JAU

RECONHECIDO DE ACÓRDO COM O REGIME INSTITUÍDO PELO DEC. LEI N. 1402, DE 5 DE JULHO DE 1966, BASE TERRITORIAL:
JAU - BOCAINA - BARRA BONITA

Rua Amaraí Gurgel, 134 - Sede Própria - JAU - Estado de São Paulo

ILMO. SR. CHEFE DO POSTO DE FISCALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO
EM JAU

21.01.13572 252809



O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JAU, pelo seu Presidente que abaixo assina, como representante dos trabalhadores da cidade de BOCAINA, pertencentes ao quadro de empregados da firma CCIQUETTI E IRMÃO, sita a Rua Coronel Pedro Alexandrino nº 23 naquela cidade, pretendendo ver reajustados amigavelmente os salários dos empregados da referida firma a partir de 1º de outubro vindouro, uma vez que a 30 de setembro terminará a vigência do acordo celebrado com firma correspondente, vem a presença de V.S. para, respeitosamente expor e requerer o seguinte:

1º - Que o Sindicato, representante dos mencionados - trabalhadores, realizou assembleia específica para tal fim, ficando sua Diretoria e a Diretoria da Federação a que se acha filiado devidamente autorizadas através dessas assembleias, conforme documentação anexa, de reivindicarem novo reajuste salarial nas condições a seguir transcritas e outros benefícios, a saber:

a) - um aumento de salário da ordem de 40%, a partir de 1º de outubro de 1972, incidente sobre o salário do mês de setembro corrente;

b) - para os admitidos após a data base, bem como para os que forem admitidos de outubro de 1972 em diante, não poderão perceber salário inferior a um piso salarial de R\$350,00;

2º - Que ante as dificuldades encontradas em ampliar a assistência ao trabalhador em geral, ante a nova legislação em vigor reivindicam:

a) - uma contribuição de R\$10,00 de cada empregado, - sindicalizado ou não, que deverá ser descontada por ocasião do pagamento da primeira parcela do aumento reajustado;

b) - uma contribuição do empregador acima mencionado da ordem de 2% da folha de pagamento do 1º mês para a ampliação da assistência mantida pela entidade.

Conta o Sindicato suplicante, em formular um acordo - na base acima mencionado em um clima de harmonia e compreensão, já que é do bom atendimento que mais se fortalecem as relações em um clima de boas relações entre o capital e o trabalho, com reflexos positivos na própria produção, e notadamente no progresso de nossa Pátria, para o que requer seja convocada a firma mencionada, para uma Mesa Redonda no dia e hora que V.S. houver por bem designar, - nesse Posto, para o fim em tela.

Isso posto, plenamente confiantes na ação mediadora - de V.S.

E. R. M.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da
Construção e do Mobiliário de Jau

PRESIDENTE

DRT. 181.705/71



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA MESA REDONDA REALIZADA EM 28/8/70 NO PÔSTO DE FISCALIZA-
ÇÃO DO TRABALHO DE JAU, ENTRE O SINDICATO DOS TRABALHADORES -
NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JAU E O REPRESENTANTE DA FIRMA CICCCHETTI & IRMÃO, DE BOCAINA.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta, às quinze horas, no Pôsto de Fiscalização do Trabalho de Jau, atendendo convocação feita anteriormente em virtude de representação do Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jau, conforme processo protocolizado neste repartição sob nº 86/70, a fim de ser debatido um novo reajustamento salarial a vigorar a partir de primeiro de outubro do ano corrente, com a presença do Sr. Presidente do sindicato já anteriormente citado, do Sr. ERMETES ROCHA LDO CICCCHETTI, cédula de identidade nº 3.037.534, expedida em São Paulo, e o Encarregado deste Pôsto de Fiscalização, foi instalada uma mesa redonda sob a presidência deste último. Com a palavra os senhores representantes das partes, ficou acordado o seguinte: 1º) - a citada firma, pelo seu representante acima citado, firma CICCCHETTITI & IRMÃO, estabelecida em Bocaina à Rua Coronel Pedro Alexandrino, nº 32, em Bocaina, concorda em conceder um aumento salarial na base de 25% (vinte e cinco por cento) a todos os seus empregados, qualquer que seja a sua idade, sexo ou função, 2º) - Esse aumento incidirá sobre o salário de outubro de 1969, já reajustado por força de acordo anterior, qualquer que seja a fórmula de pagamento dos salários, sejam eles por mês, dia, hora ou tarefa. 3º) - Será permitida a compensação dos aumentos espontâneos concedidos a partir da data base, salve os devidos por maturidade ou promoção. 4º) - O presente acordo é válido por um ano, ou seja, até trinta e um de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e um, com início a partir de primeiro de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta. 5º) - Do salário do mês de outubro do ano corrente serão deduzidos



1197891

7
a quantia de Cr\$5,00 (cinco cruzeiros) de todos os empregados sindicalizados ou não, a favor do sindicato ora representado.

Por ser verdade, lavrei a presente data que vai por mim e pelas partes nesta citada, assinada. Nada mais. -x-x-x-x-x-x-x-

Guilherme Roberto de Almeida
ma 11/8781

[Signature]

Ministério do Trabalho e da Previdência Social
Delegacia Regional em São Paulo

O presente acordo coletivo de trabalho foi feito, colado nesta data 24/3/72, na forma da Lei nº 5.209 de 1966, em 24/3/72, para todos os efeitos.



Serviço Sindical
24/03/72
São Paulo

Obs: "quaisquer disposições contrárias ao presente acordo coletivo de trabalho, sejam de natureza legal, estatutária ou regulamentar, ficam revogadas e não produzem efeitos."

DRE/SP-SACA - 24-3-72

Obs: O índice fixado pelo D.N.S., foi de 21,52%, sendo inferior ao aplicado pelas partes (25%). O presente acordo, foi registrado e arquivado nesta Delegacia Regional do Trabalho, mediante a seguinte cláusula aditiva:

"A empresa se compromete a não se prevaler do aumento voluntário, isto é, do percentual excedente daquele fixado pelo C.N. S.P., para onerar o custo de produção, o preço de vendas de prods. ou obter quaisquer outras vantagens".

Em, 24 de março de 1972



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
PROCESSO TRT/SP 184/71-... DISSÍDIO COLETIVO - J. J.

ACÓRDÃO Nº

7470

171

35
8
M. H.
M.

V I S T O S, relatados e discutidos êstes autos de Dissídio Coletivo (Processo TRT/SP 184/71-A) de Jaú, neste Estado, em que figuram como Suscitante SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JAÚ e como Suscitado CIOCCHETTI & IRMÃOS;

entf.

ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, por unanimidade de votos, conceder o reajustamento salarial de 22%, calculado sobre os salários / percebidos pelos empregados em 30 de setembro de 1971, deduzidos, antes, todos os aumentos concedidos após 1º de outubro de 1970, salvo os decorrentes de promoção, transferência, implento de idade, equiparação salarial e término de aprendizagem; / por unanimidade de votos, conceder o pagamento a partir de 1º de outubro de 1971, com o prazo de duração de um ano; por unanimidade de votos, conceder o reajuste de 22% aos empregados admitidos após 1º de outubro de 1970, calculado sobre o salário de admissão, até o limite do que perceber o empregado mais antigo da empresa, no mesmo cargo ou função; por maioria de votos, permitir o desconto de Cr\$10,00 dos empregados, associados ou não, em favor da entidade dos trabalhadores, importância essa a ser recolhida em conta vinculada sem limite ao Banco do Brasil S/A., vencido em parte o Exmo. Sr. Juiz Wilson de Souza Campos Barreto; finalmente, por maioria de votos, rejeitar os demais pedidos.

Confere com o original
São Paulo, 02/12/1971
Flavio
Emanoel



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
PROCESSO TRT/CP 184/71-1

36
12/12/71
12/12/71
12/12/71

ACÓRDÃO

formulados pelo suscitante, vencidos os Exmos. Srs. Juizes Leon Virgílio do Nascimento, José Cabral, Affonso Teixeira Filho, Gabriel Moura Magalhães Gomes e Roberto Mário Rodrigues Martins, que fixavam o piso salarial proporcional.

Custas pelo suscitado sobre Cr\$800,00.

Pretende o Suscitante aumento de salário da ordem de 30%, a partir de 1º de outubro de 1971, incidente sobre o salário desse mês; para os admitidos após a data base, bem como para os que forem admitidos de outubro de 1971 em diante, o salário não inferior a piso salarial, de Cr\$250,00; contribuição de Cr\$20,00, de cada empregado, sindicalizado ou não, a ser descontada por ocasião do pagamento da primeira parcela do aumento reajustado; contribuição do empregador da ordem de 2%, da folha de pagamento do primeiro mês, para a ampliação da assistência / mantida pela entidade. O percentual encontrado é de 22%, último reajustamento 1º de outubro de 1970, coeficiente aplicado por extrapolação. Não foi celebrado acordo e a douta Procuradoria / opina pela concessão do reajuste de 22%, Cr\$10,00 de desconto.

O pedido de piso salarial, da ordem de Cr\$250,00 fica rejeitado, além do que o pedido de desconto de Cr\$20,00, é exagerado realmente, como pondera a douta Procuradoria. De resto, esse desconto tem sido invariavelmente autorizado na base de / Cr\$10,00. Julgo o dissídio procedente em parte, portanto, para conceder o reajustamento salarial de 22%, calculado sobre os salários percebidos pelos empregados em 30 de setembro de 1971, deduzidos, antes, todos os aumentos concedidos após 1º de outubro de 1970, salvo os decorrentes de promoção, transferência, implementação de idade, equiparação salarial e término de aprendizagem. O pagamento a partir de 1º de outubro de 1971, com o prazo de

Confere com o original
São Paulo, 02/12/1977

Ivone Casali
Ivone Casali
Dir. Serv. Judiciário



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2.ª REGIÃO

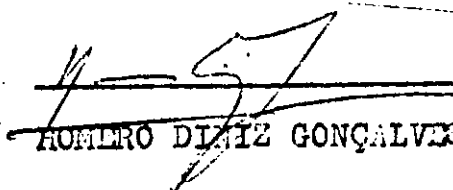
PROCESSO TRT/SP 184/71-A


fls. 3

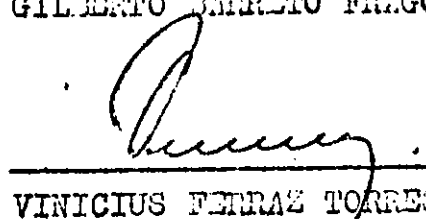
ACÓRDÃO

duração de um ano; reajuste de 22% aos empregados admitidos após 1º de outubro de 1970, calculado sobre o salário de admissão, / até o limite do que perceber o empregado mais antigo da empresa, no mesmo cargo ou função; desconto de Cr\$10,00 dos empregados, associados ou não, em favor da entidade dos trabalhadores, importância essa a ser recolhida em conta vinculada sem limite ao Banco do Brasil S/A.; e, finalmente, rejeitar os demais pedidos formulados pelo suscitante. Custas pelo suscitado sobre R\$800,00.

São Paulo, 23 de novembro de 1971

 PRESIDENTE
ROMERO DINIZ GONÇALVES

 RELATOR
GILBERTO BAILETO FRAGOSO

 PROCURADOR
VINICIUS FERRAZ TORRES (CIVIL)

aaf.

r.26-11-71

d.29-11-71

02 12 77
Basah

Pôsto de Fiscalização do Trabalho em Jaú

Of.PIF/Jaú/196/72

6 de setembro de 1972.

Encarregado do Pôsto de Fiscalização do Trabalho em Jaú

CIOCCHETTI & IRMÃO - Rua Cel.Pedro Alexandrino, nº 32 - BOCAINA

Mesa Redonda

Senhores:

Tendo em vista requerimento apresentado neste Pôsto pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jaú, protocolizado nesta repartição sob nº135/72, e do qual, em anexo, segue uma cópia, fica essa firma convocada para uma mesa redonda a ser realizada neste Pôsto, sito à Rua Quintino/ de Bocaiuva, nº 532, em Jaú, às 14 horas do próximo dia 15 de setembro, a.c., a fim de ser tratado o assunto constante no acima citado requerimento.

Saudações

FRANCISCO DE TOLEDO MACHADO
Encarregado- matr.1 197 691

1 anexo

A.R



FRANQUILA

REGISTRADO N.º

SP/PIF/Jau - CEP 17200

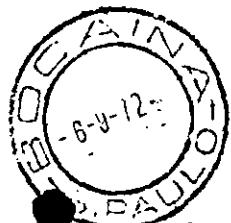
Ministério do Trabalho e Previdência Social



Destinatário CIOCCHETTI & IRMÃO

R.Cel. Pedro Alexandrino, 32 - BOCAINA - SP
Endereço

Of. PIF/Jau/196/72
Natureza da correspondência



Recebi o registrado acima descrito

Em 8 de 03 de 1972

O Destinatário

Maria T. do Santos

NOTA - Este recibo deve ser datado e assinado a tinta.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JAU

RECONHECIDO DE ACÓRDO COM O REGIME INSTITUÍDO PELO DEC. LEI N. 1402, DE 5 DE JULHO DE 1939, BASE TERRITORIAL
JAU - BOCAINA - BARRA BONITA

Rua Amaral Gurgel, 134 - Séde Própria - JAU - Estado de São Paulo

COPIA DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA = REALIZADA EM 26 de AGOSTO DE UM MIL NOVECENTOS E SETENTA E DOIS = EM BOCAINA;

Aos 26 dias do mês de Agosto de Um Mil Novecentos e Setenta e Dois, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária na conformidade da convocação formulada pelo Edital publicado no "Jornal Comercio de Jahu", de dia Vinte (20) de Agosto de 1972, para tratar do Aumento de Salários dos empregados da firma Chiechetti e Irmãos da cidade de Bocaina. As 16 horas, ou seja 4 horas da tarde, no Salão da Câmara Municipal de Bocaina, sito a Rua Floriano Peixoto Nº 498, presentes 17 Associados trabalhadores da citada firma, conforme se verifica pelas suas assinaturas no livro próprio da entidade, o Presidente deu por instalada a assembleia em segunda convocação, visto não haver "quorum", para a realização em primeira convocação; em razão destas circunstâncias qualquer que fosse a deliberação da casa seria considerada válida tendo em vista o que prescreve a legislação em vigor. Iniciados os Trabalhos foi lida e aprovada a ata da Assembleia Anterior. Proseguiu o Presidente leva ao conhecimento dos presentes que o acordo vigente terminara em 30 de Setembro vindouro, e que esta entidade em que estão filiados esses trabalhadores, e que juntamente com a Diretoria da Federação a que se acha filiado este Sindicato e quem patrocinaram as negociações com os senhores empregadores respectivos no sentido de ver renovado este acordo, razão pela qual convocou esta assembleia, pois que sem a autorização dos associados interessados no assunto a Diretoria não poderá pleitar novo reajuste, mesmo porque qualquer reivindicação nesse sentido se poderá ser promovida com base na pretensão dos interessados. Usarão da palavra varios associados reclamando um aumento de 40% para poderem alcançar, ou fazer face ao custo de vida que continua subindo, lamentam que não poderem ter seus salários aumentados na proporção do custo de Vida, em razão do que falou o presidente que o "quantum", é estabelecido pela política Salarial Governamental, todavia esperam ao menos no mínimo do que pediam, para poderem fazer frente as suas necessidades. Encerradas as discussões, foram convidados os associados Elias Pereira e Francisco Tertuliano Cristianini para escrutinadores, e posta em votação a proposta de aumento acima mencionado, pelo voto secreto todos os presentes opinaram favoravelmente pelo que fora proposto de//vês que nenhum voto em contrario foi apurado. Terminado o escrutínio e proclamado o resultado, ficava a Diretoria do Sindicato e da Federação em que o Sindicato acha filiado com plenos poderes para que se não conseguirem celebrar um acordo nas bases propostas, recorrerem à Justiça do Trabalho, contra a respectiva firma empregadora, no sentido de ver reajustado os seus salários dos empregados em foco; a partir de 1º de Outubro de 1972. Em seguida o presidente discorreu sobre o que o Sindicato vem dando no setôr de Assistência Social, não só aos Sindicalizados bem como aos seus dependentes, razão pela qual solicitava dos presentes para que seja descontado em folha de pagamento a importância de R\$ 10,00 dos cruzeiros da diferença do primeiro aumento dos empregados sindicalizados ou não. Submetida a aprovação, e em vista de ninguém fazer uso da palavra a respeito do pedido ficava a mesma aprovada pela unanimidade dos presentes. Diante dessa Resolução esclareceu o presidente que comunicara a firma em questão para fazer o mencionado desconto, e por ela remetido ao Sindicato. Nada Mais Foi TRATADO. Para constar foi lavrada a presente ata, por mim, Arnaldo Rossetto, e que é assinada pelo Presidente e escrutinadores. Arnaldo Rossetto, Henrique Victor, Elias Pereira e Francisco Tertuliano Cristianini. Bocaina, 26 de Agosto de 1972.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias
da Construção e do Mobiliário de Jau

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JAU

RECONHECIDO DE ACÓRDO COM O REGIME INSTITUÍDO PELO DEC. LEI N. 1402, DE 5 DE JULHO DE 1939, BASE TERRITORIAL:
JAU - BOCAINA - BARRA BONITA

Rua Amaral Gurgel, 134 - Séde Própria - JAU - Estado de São Paulo

COPIA DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - REALIZADA EM 26 de AGOSTO DE UM MIL NOVECENTOS E SETENTA E DOIS - EM BOCAINA

Aos 26 dias de mês de Agosto de Um Mil Novecentos e Setenta e Dois, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária na conformidade da convocação formulada pelo Edital publicado no "Jornal Comercio de Jahu", de dia Vinte (20) de Agosto de 1972, para tratar do Aumento de Salários dos empregados da firma Chiecheti e Irmãos da cidade de Bocaina. As 16 horas, ou seja 4 horas da tarde, no Salão da Câmara Municipal de Bocaina, sito a Rua Floriano Peixoto Nº 498, presentes 17 Associados trabalhadores da citada firma, conforme se verifica pelas / suas assinaturas no livro próprio da entidade, o Presidente deu por instalada a assembleia em segunda convocação, visto não haver "quorum", para a realização em primeira convocação; em razão destas circunstâncias qualquer que fosse a deliberação da casa seria considerada válida tendo em vista o que prescreve a legislação em vigor. Iniciados os Trabalhos foi lida e aprovada a ata da Assembleia Anterior. Preocupado o Presidente leva ao conhecimento dos presentes que o acordo vigente terminara em 30 de Setembro vindeiro, e que esta entidade em que estão filiados esses trabalhadores, e que juntamente com a Diretoria da Federação a que se acha filiada este Sindicato e quem patrocinaram as negociações com os senhores empregadores respectivos no sentido de ver renovado este acordo, razão pela qual convocou esta assembleia, pois que sem a autorização dos associados interessados no assunto a Diretoria não poderia pleitear novo reajuste, mesmo porque qualquer reivindicação nesse sentido se poderia ser prevenida com base na pretensão dos interessados. Usaram da palavra varios associados reclamando um aumento de 40% para poderem alcançar, ou fazer face ao custo de vida que continua subindo,, lamentam que de não poderem // ter seus salários aumentados na proporção de custo de Vida, em razão de que falou o presidente que o "quantum", e estabelecido pela politica Salarial Governamental, todavia esperam ao menos no minimo de que pediam, para poderem fazer frente as suas necessidades. Encerradas as discussões, foram convidadas os associados Elias Pereira e Francisco Tertuliano Cristianini para escrutinadores, e posta em votação a proposta de aumento acima mencionada, pelo voto secreto todos os presentes opinaram favoravelmente pelo que fora proposto de // vés que nenhum voto em contrario foi apurado. Terminado o escrutinio e proclamado o resultado, ficava a Diretoria do Sindicato e da Federação em que o Sindicato acha filiada com plenos poderes para que se não conseguirem celebrar um acordo nas bases propostas, recorrerem à Justiça do Trabalho, contra a respectiva firma empregadora, no sentido de ver reajustado os seus salários dos empregados em face a partir de 1º de Outubro de 1972. Em seguida o presidente discorreu sobre o que o Sindicato vem dando no setor de Assistência Social, não só aos Sindicalizados bem como aos seus dependentes, razão pela qual solicitava dos presentes para que seja descontado em folha de pagamento a importância de R\$ 10,00 das cruzes da diferença de primeiro aumento dos empregados sindicalizados ou não. Submetida a aprovação, e em vista de ninguém fazer uso da palavra a respeito do pedido ficava a mesma aprovada pela unanimidade dos presentes. Diante dessa Resolução esclareceu o presidente que comunicara a firma em questão para fazer o mencionado desconto, e por ela remetido ao Sindicato. Nada Mais Foi TRATADO. Para constar foi lavrada a presente ata, por mim, Arnaldo Rossette, e que é assinada pelo Presidente e escrutinadores. Arnaldo Rossette, Henrique Victor, Elias Pereira e Francisco Tertuliano Cristianini. Bocaina, 26 de Agosto de 1972.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário

COMARCA DE JAHU

2.º Ofício de Justiça

Edital de praça de bens penhorados a Maria Aparecida

Cestari da Silva, com o prazo de 15 dias.

O Doutor Rubens Moraes Salles, Juiz de Direito da Segunda Vara da Comarca de Jahu, Estado de S. Paulo, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, dele conhecimento tiverem e interessar possa, que no dia 08 de setembro p. vindouro, às 13,00 horas, à porta do Edifício do Forum local, sito à Rua Tenente Lopes n.º 633, o porteiro dos auditórios, ou quem suas vezes fizer, trará a público pregão, para venda e arrematação, em 1.ª praça, os bens abaixo descritos, penhorados à executada nos autos da ação executiva fiscal, promovida pelo Instituto Nacional de Previdência Social contra Maria Aparecida Cestari da Silva (feito n.º 724/70). Os bens que serão levados a praça são os seguintes: — "um balcão vitrine medindo 1,50 ms. de comprimento, com vidros na parte frontal e lateral; u'a máquina de costura, marca "Elgin", usada, tipo stand", — bens esses que se acham em poder e guarda do sr. José Novais da Silva, espôso da executada, nesta cidade, à rua Visconde do Rio Branco n.º 559, onde poderão ser examinados, avaliados em Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros). A arrematação será feita por aquele que mais der e maior lance oferecer acima da respectiva avaliação. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém alegue ignorância, expediu-se o presente, que será afixado e publicado, na forma da lei. Jahu, 19 de junho de 1.972. Eu, a.) Alceu Berardo, oficial maior, subscrevi.

O Juiz de Direito,

a.) RUBENS MORAES SALLES

Dra. Maria Rubia

Ginecologista e Obstetra

Comunica que atende pré-natal e partos pelo INPS e IAMSPE, através da Santa Casa de Misericórdia de Jahu, horário: 14,00 às 18,00 horas

COMERCIO DE JAHU

Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias da Construção e do Mobiliário de Jahu

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

EDITAL

Pelo presente edital ficam convocados todos os associados, empregados da firma "CIOCHETTI & IRMAOS", da cidade de Bocaina, para a assembléia geral extraordinária que será realizada no dia 26 de Agosto de 1972, às 16 horas no salão da Camara Municipal de Bocaina, sito a Rua Floriano Peixoto n.º 498, naquela cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do Dia:

1.º — Leitura e aprovação da ata Anterior;

2.º — Autorização da Diretoria do Sindicato e da Federação a que estamos filiados, para pleitear aumento de Salarios dos empregados da referida firma, na forma prevista na Legislação em vigor;

3.º — Autorização para que seja descontado em folha de pagamento de todos os empregados associados ou não, a importância de Cr\$ 10,00 do aumento do primeiro mês, para assistência social do Sindicato.

Se na hora acima aprazada não houver "quorum", a assembléia realizar-se-á duas horas após, ou seja em segunda convocação às 18 horas, com qualquer numero de associados presentes.

Jahu, 16 de Agosto de 1972.

HENRIQUE VICTOR - Presidente
Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias da Construção e do Mobiliário de Jahu



AGENTE NESTA CIDADE

CLAUDIO FERRACINI

RUA MAJOR PRADO, 1059

370
2688
041,2

310
246
-94

94.00
412016
52.80

COMERCIO DE JAHU

COMARCA DE JAHU

2.º Ofício de Justiça

Edital de praça de bens penhorados a Maria Aparecida

Cestari da Silva, com o prazo de 15 dias.

O Doutor Rubens Moraes Salles, Juiz de Direito da Segunda Vara da Comarca de Jahu, Estado de S. Paulo, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, dele conhecimento tiverem e interessar possa, que no dia 08 de setembro p. vindouro, às 13,00 horas, à porta do Edifício do Forum local, sito à Rua Tenente Lopes n.º 633, o porteiro dos auditórios, ou quem suas vezes fizer, trará a público pregão, para venda e arrematação, em 1.ª praça, os bens abaixo descritos, penhorados à executada nos autos da ação executiva fiscal, promovida pelo Instituto Nacional de Previdência Social contra Maria Aparecida Cestari da Silva (feito n.º 724/70). Os bens que serão levados a praça são os seguintes: — "um balcão vitrine medindo 1,50 ms. de comprimento, com vidros na parte frontal e lateral; u'a máquina de costura, marca "Elgin", usada, tipo stand", — bens esses que se acham em poder e guarda do sr. José Novaes da Silva, espôso da executada, nesta cidade, à rua Visconde de Rio Branco n.º 559, onde poderão ser examinados, avaliados em Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros). A arrematação será feita por aquele que mais der e maior lance oferecer acima da respectiva avaliação. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém alegue ignorância, expediu-se o presente, que será afixado e publicado, na forma da lei. Jahu, 19 de junho de 1.972. Eu, a.) Alceu Benedito, oficial maior, subscrevi.

O Juiz de Direito,

a.) RUBENS MORAES SALLES

Dra. Maria Rubia

Ginecologista e Obstetra

Comunica que atende pré-natal e partos pelo INPS e IAMSPE, através da Santa Casa de Misericórdia de Jahu, horário: 14,00 às 18,00 horas

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA EDITAL

Pelo presente edital ficam convocados todos os associados, empregados da firma "CIOCHETTI & IRMAO" cidade de Bocaina, para a assembléia geral extraordinária que será realizada no dia 26 de Agosto de 1972, às 18 horas no salão da Camara Municipal de Bocaina, sito em Florianópolis, na cidade, assim de acordo com o seguinte ordem do Dia:

1.º — Leitura e aprovação da ata Anterior;

2.º — Autorização da Diretoria do Sindicato e da Comissão de Salários dos empregados da referida firma, na forma prevista na Legislação em vigor;

3.º — Autorização para que seja descontado em folha de pagamento de todos os empregados associados ou não, a importância de Cr\$ 10,00 do aumento do primeiro salário para assistência social do Sindicato.

Se na hora acima apazada não houver "quorum" para a assembléia realizar-se-á duas horas após, ou seja, na segunda convocação às 18 horas, com qualquer número de associados presentes.

Jahu, 16 de Agosto de 1972.

HENRIQUE VICTOR — Presidente



AGENTE NESTA CIDADE

CLAUDIO FERRACINI

RUA MAJOR PRADO, 1059

Encaminha-se ao Serviço Jurídico.

Em 17/9/73

LOUIZ MONTEIRO GOMES
Diretor do Serviço de Interior
EST. SP



Senhora Diretora

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jaú, solicitou fosse convocada a firma Cciocuet e Irmão, com a finalidade de em mesa / redonda, ser debatida matéria relativa ao reajustamento salarial dos trabalhadores daquela firma.

Realizada a reunião no Posto de Identificação e Fiscalização de Jaú no dia 15 do mês corrente, não / houve possibilidade de uma conciliação entre as partes, sendo / requerida a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regional do / Trabalho, para os devidos fins de direito.

A consideração de V.Sa., com proposta / de remessa dos autos aquela Côrte.

São Paulo, 25 de setembro de 1972

AMANDO NASCIMENTO FALLEIROS
Chefe da SACA

Tendo em vista a informação supra, à / consideração do Senhor Delegado, propondo pelo encaminhamento / do processo ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho.

São Paulo, 25 de setembro de 1972

MARILENA MORAES BARBOSA FUNARI
DIRETORA DO SERVIÇO SINDICAL

DE ACÓRDO:

Encaminhe-se ao Egrégio Tribunal
Regional do Trabalho.

São Paulo, 25 de setembro de 1972

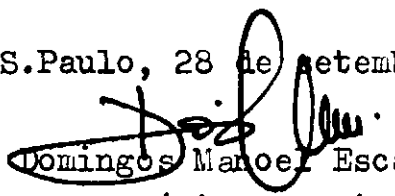


ALUYSIO SIMÕES DE CAMPOS
DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO

C O N C L U S ã O

Diante dos termos da inicial de fls. 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, nesta data faço conclusos os presentes autos ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal.

S.Paulo, 28 de setembro de 1972


Domingos Manoel Escalera
Secretário do Tribunal

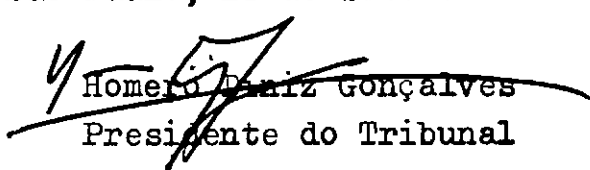
Proceda o Serviço de Estatística à reconstituição salarial da categoria, em conformidade com o Prejulgado 38, do C. Tribunal Superior do Trabalho e com a Lei 5451/68.

Ocorrendo o litígio fora da sede do Tribunal, nos termos do art. 866, da Consolidação das Leis do Trabalho, delego poderes ao Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca de Jaú para propor conciliação e instruir o presente dissídio coletivo.

Finda a instrução, retornem os autos com possível urgência dada a natureza da questão.

Encaminhe-se o processo.

São Paulo, 28 de setembro de 1972


Homero Luiz Gonçalves
Presidente do Tribunal

JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos o seguinte documento:

infula de reconstrução
Salvador

São Paulo, 29 de 9 de 1952.

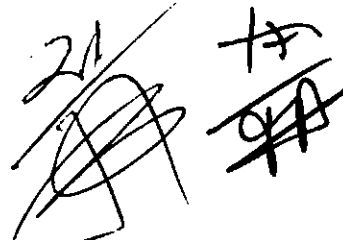
CÁLCULO DE RECONSTITUIÇÃO SALARIAL, DE ACÓRDO COM O PREJULGADO Nº 3872
DO C. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E COM A LEI Nº 5451, DE 12 DE JUNHO DE 1968.

TRT/SP Nº 177/72-A - DISSÍDIO COLETIVO JAU

SUSCITANTE -SIND.DOS TRABS.NA~~S~~ INDS.DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JAU

SUSCITADO -CCIOCUTTI & IRMÃO

MESES E ANOS	ÍNDICES DO SALÁRIO NOMINAL	COEFICIENTES DE CORREÇÃO SALARIAL	ÍNDICES DO SALÁRIO REAL
outubro 70	100	1,41	141,00
novembro	100	1,38	138,00
dezembro	100	1,37	137,00
janeiro 71	100	1,35	135,00
fevereiro	100	1,34	134,00
março	100	1,31	131,00
abril	100	1,30	130,00
maio	100	1,28	128,00
junho	100	1,26	126,00
julho	100	1,24	124,00
agosto	100	1,21	121,00
setembro	100	1,19	119,00
outubro (122)	125,40	1,18	148,00
novembro	125,40	1,16	145,50
dezembro	125,40	1,15	144,50
janeiro 72	125,40	1,13	142,00
fevereiro	125,40	1,12	141,00
março	125,40	1,09	136,70
abril	125,40	1,07	134,20
maio	125,40	1,05	132,00
junho	125,40	1,04	130,50
julho	125,40	1,03	129,50
agosto	125,40	1,02	128,00
setembro	125,40	1,01	126,70
			3.202,60



3.202,60	:	24	=	133,45	(SALÁRIO REAL MÉDIO)
133,45	x	1,06	=	141,45	
141,45	:	125,40	=	1,1280	
112,80	-	100	=	12,80%	
12,80	+	3,50	=	16,30%	
125,40	x	1,1630	=	145,90	
145,90	:	122	=	1,1960	
119,60	-	100	=	<u>19,60%</u>	(PERCENTUAL ENCONTRADO)

Obs.- ÚLTIMO REAJUSTAMENTO: 1º de outubro de 1971.

coeficientes aplicados por extrapolação - item VII do
Prejulgado 38/71.

(122 x 1,0274 = 125,40).

SÃO PAULO, 29 DE setembro DE 1.972.


SERVIÇO DE ESTATÍSTICA
E ESTUDOS ECONÔMICOS

002207


Of. SENE/EP Nº

27 28
29
29.9.72.

Senhor Juiz.

De ordem do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal, tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. os autos TRT/SP Nº... 177/72-A - Dissídio Coletivo - entre partes: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jaú, como suscitante e Cciounetti & Irmão, como suscitado, para os devidos fins.

Valho-me da oportunidade, para apresentar a V. Exa. os protestos de estima e consideração.


Domingos Manoel Escalera
Secretário do Tribunal

Do Secretário do Tribunal Regional do Trabalho da 23 Região
Ao Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca de Jaú

Registro nº 950/72. Livro 10.

Jahu, 6, outubro, 1972



Conclusão

Ao MM. Juiz de Direito da 2ª. Vara Dr. Rubens Moraes Salles.

Jahu, 6, outubro, 1972



audiência para o dia 12 do

corrente às 16,00 horas.

Int. e ret.

Juri, 6.10.72

Handwritten signature
10/10/72

Data. -

Recebidos do dr. Rubens Moraes Salles, MM. Juiz de Direito nesta data.-

Jah, 6.10.1972.



Certidão.

Certifico haver expedido mandado de intimação da empregadora e do sindicato. -

Jah, 6.10.1972.



Juntada
Ao mandado em frente.

Jaiü, 12/10/72

A signature consisting of stylized, overlapping letters, possibly 'JAM' or 'JAMM', written in a cursive script.

1251
24
M a n d a d o. (Proc. 950/72 - Dissídio Coletivo - Fog.).

O Dr. RUBENS MORAES SALLES, MM. Juiz de Direito da
2a. Vara da Comarca de Jaú, Estado de S. Paulo, na
forma da lei, etc. x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x

M a n d a

a qualquer Oficial de Justiça do Juízo, ao qual -
for este apresentado, estando devidamente assinado, em seu cum-
primento, passado nos autos do Dissídio Coletivo que o SINDICA-
TO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁ-
RIO DE JAÚ move em CIOCHETTI & IRMÃO, estabelecida em Bocaina, à
rua Coronel Pedro Alexandrini, número 23, o qual se inicia pela
seguinte petição: " Ilmo. sr. Chefe do Posto de Fiscalização -
do Ministério do Trabalho em Jaú. - O SINDICATO DOS TRABALHA-
DORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JAÚ, pelos
seu Presidente que abaixo assina, como representante dos trabalha-
dores na cidade de Bocaina, pertencentes ao quadro de emprega-
dos da firma CIOCHETTI E IRMÃO, sita, à rua Coronel Pedro Alexan-
drino, número 23, naquela cidade, pretendendo ver readjustado -
amigavelmente os salários dos empregados da referida firma a -
partir de 1º de outubro vindouro, uma vez que a 30 de setembro
terminará a vigência do acordo celebrado com firma correspon-
dente, vem a presença de V.S., para, respeitosamente, expor e re-
querer o seguinte: 1º) - Que o sindicato, representante dos men-
cionados trabalhadores, realizou assembleia específica para tal
fim, ficando sua Diretoria e a Diretoria da Federação a que se-
acha filiado devidamente autorizados através dessas assembleias
conforme documentação anexa, de reivindicarem novo reajuste sa-
larial nas condições a seguir transcritas e outros benefícios, -
a saber: a) um aumento de salário da ordem de 40%, a partir de
1º de outubro de 1972, incidente sobre o salário do mês de se-
tembro corrente; b) para os admitidos após a data base, bem co-
mo para os que forem admitidos de outubro de 1972 em diante, -
não poderão receber salários inferior a um piso salarial de \$--
\$350,00; 2º) - Que, ante as dificuldades encontradas em ampliar
a assistência ao trabalhador geral, ante a nova legislação em-
vigor, reivindicam: a) - uma contribuição de \$10,00 cada empre-
gado sindicalizado ou não, que deverá ser descontada por oca-
sião do pagamento da primeira parcela do aumento reajustado; -
b) uma contribuição do empregador acima mencionado da ordem de-

de ordem de 2% da folha de pagamento do 1º mês para a ampliação da assistência mantida pela entidade. - Conta o Sindicato-suplicante, em formular um acordo na base acima mencionada em um clima de harmonia e compreensão, já que é de atendimento - que mais fortalecem as relações em um clima de boas relações entre o capital e o trabalho, com reflexos positivos para própria produção, e notadamente no progresso de nossa Pátria, para o que requer seja convocada a firma mencionada, para uma mesa-redonda no dia e hora que V.S., houver por bem designar, nesse Posto, para o fim entele. - Isto Posto, plenamente confiantes na ação mediadora de V.S., E.R.M. (assinado) Henrique Victor. - Assim, INTIME a empregadora CIOCHETTI E IRMÃO, com endereço em Bocaina, à rua Coronel Pedro Alexandrino, número 23, pelo inteiro teor da inicial transcrita, bem como INTIME a empregadora CIOCHETTI E IRMÃOS e o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JAU, para que compareçam ao Edifício do Fórum local, sala própria das audiências, no dia 12 (doze) do corrente, às 16,00 horas, a fim de tomarem parte na audiência a ser realizada. CUMPRA - SE. Da do e passado nesta cidade de Jau, aos seis (6) de outubro de 1972. Eu, [assinatura] escrevente autorizado, datilografei, subscrevi.---

O Juiz de Direito,

(Rubens Marcos Salles).

Representante do Sindicato dos
Trabalhadores nas Indústrias da
Construção e do Mobiliário de Jau
Ama deo Peretti
Secretário

[assinatura]

Marcelo Ciochetti

25
JK

C E R T I D ã O

Certifico que, em cumprimento ao respeitável mandado anexo, intimei, nesta comarca de Jahu, a firma:- CIO--CHETTI & IRMÃO, na pessoa de seu representante legal, sr. MENOTI CIOCHETTI, por todo o conteúdo do mesmo mandado retro, digo, anexo, que lhe li e de tudo bem ciênte ficou, bem como, de dia, hora e local em que dever^a comparecer. Em seguida, intimei, o SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JAHU, na pessoa de seu secretário, sr., ARNALDO - ROSSETO, por todo o conteúdo do mesmo mandado anexo, que lhe li e de tudo bem ciênte ficou, bem como, de dia, hora e local ** onde deverá comparecer. Para Ambos, ofereci cópias de mandado,* que aceitaram, exarando suas respectivas notas de ciênte, no -- mandado anexo.

O referido é verdade e deu fé

Jahú, 19 de outubro de 1972

O Oficial de Justiça

Edna Felippe Fogaça

ints. R\$ 6,00 ao Estado

conds. - pagas pelo Sindicato requerente

Opuntia

Do traslado em pente.

Jai, 12/out./72

FM

26
RW

- Traslado do termo de audiência constante do protocolo trabalhista nº doze (12), folhas trinta e dois (32), do seguinte -
----- teor -----
"Audiência especial. Aos doze (12) de outubro de 1.972, nesta cidade de Jau, Estado de São Paulo, no Edifício do Fórum local e sala das audiências, onde às 16 hs. se encontrava o Exmo. Sr. Dr. Rubens Moraes Salles, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara, comigo escrevente habilitado, no final assinado, aí sendo, realizou-se a audiência especial nos autos do dissídio coletivo entre partes: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jau - suscitante, e Chocchetti & Irmão-suscitada (proc. 950/72). Na hora designada, verificou-se o comparecimento do Doutor Célio Sormani, DD. Promotor Público, do Sindicato suscitante, representado pelo sr. Arnaldo Rossetto, da - suscitada, representada pelo sr. Elpídio Petronilho Carlos, conforme credencial que apresentou e cuja juntada aos autos foi determinada pelo MM. Juiz, presente ainda o dr. Agostinho de Oliveira. Iniciados os trabalhos, pelas partes foi dito que acordavam da seguinte forma: 1ª) a firma empregadora, Chocchetti & Irmão, concorda em conceder um aumento salarial, na base de vinte e três (23%) por cento, a todos os seus empregados, qualquer que seja a idade, sexo ou função; 2ª) esse aumento incidirá sobre o salário de outubro de mil novecentos e setenta e um (1971), reajustado por força de acordo anterior, qualquer que seja a fórmula de pagamento dos salários, por mês, dia, hora ou tarefa; 3ª) será permitida a compensação dos aumentos espontâneos concedidos a partir da data base, salvo os devidos por maioria ou promoção; 4ª) fica estabelecido o piso salarial de Cr\$350,00 (trezentos e cinquenta cruzeiros) e, em consequência, nenhum empregado poderá receber salário inferior àquela importância; 5ª) o presente acordo é válido por um ano, isto é, até 30 de setembro de 1.973, com início a partir de 1º de outubro de corrente ano; 6ª) do salário deste mês de outubro será deduzida a importância de Cr\$10,00 de todos os empregados sindicalizados ou não, a favor do Sindicato ora representado. A suscitada discorda do pagamento da contribuição inserta na alínea "b" do item 1º da inicial, por considerá-la onerosa para os seus cofres, e o suscitante, reconhecendo essa alegação como justa, dela desiste". Pelo MM. Juiz de Direito foi dito que determinava a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para as providências cabíveis". Nada mais. Eu, (assinado) João Alfredo Morelli, escrevente, subscrevi. (Assinados) Rubens Moraes Salles. Célio Sormani. Arnaldo Rosset

to. Agostinho de Oliveira. Elpidio Petronilho Carlos. N A D A
M A I S. Era o que se continha para ser bem e fielmente trans-
crito. O referido é verdade e dou fé. Jau, 12 de outubro de
1972. Eu, João Alfredo Morelli, escrevente, datilografar, conferi,
subscrevi, dou fé e assino em público e raso. = = = = =

EM TESTEMUNHO (Am) DA VERDADE

João Alfredo Morelli

C R E D E N C I A I.

Com a presente CREDENCIAMOS nosso Auxiliar de Administração e Procurador, Sr. Elpidio P. Carlos, a nos representar perante o Meretisso Juiz da Comarca de Jaú, Dr. Rubens de Moraes Salles, na INTIMAÇÃO que recebemos para comparecer-mos no Forum hoje ás 16 horas.

O socio-gerente que costuma atender a tais compromissos, Menotti Ciocchetti, não pode comparecer por motivos de saude e avançada idade.

Bocaina, 12 Outubro 1972


Ciocchetti & Irmão

「 45.461.878/001 」

21.7000.437

CIOCCHETTI E IRMÃO

Rua Col. Pedro Alexandrino, 24

「 **BOCAINA - S. P.** 」

REMETENTES:

CIOCCHETTI & IRMÃO

INDUSTRIAIS

Inscrição 217000437 CGC 45 461 878/1

Rua Cel. Pedro Alexandrino 23 Fone 87

BOCAINA

28
Du

Remessa. -

Remetidos ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, 2ª. Região, S. Paulo.

Jad, 13. outubro. 1972.-

O Esc. autorizado.

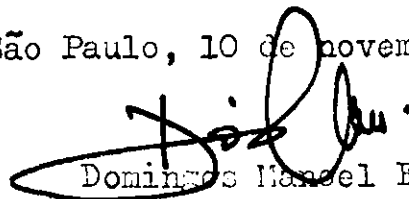
Remetidos. -



C O N C L U S Ã O

Devolvidos os presentes autos da instrução, nesta data, promovo-os à elevada consideração do Exmo. Sr. - Presidente do Tribunal.

São Paulo, 10 de novembro de 1972



Domingos Manoel Escalera

Secretário do Tribunal

OUÇA-SE A D. Procuradoria Regional do Trabalho.

São Paulo, 10/ novembro / 1972



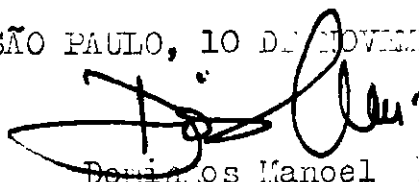
Homero Diniz Gonçalves

Presidente do Tribunal

R E M E S S A

NESTA DATA, FAÇO REMESSA DOS PRESENTES AUTOS A D. PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO.

SÃO PAULO, 10 DE NOVEMBRO DE 1972



Domingos Manoel Escalera

Secretário do Tribunal

Rec
Sao Paulo, 13 11 72
P Secretaria



30/28

Processo PR 8309/72 - (TRT SP 177/72)

Parecer PR 5878/72 - (Nº 293/72 do Dr. Vinicius)

SUSCITANTE: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da
Construção e do Mobiliário de Jaú

SUSCITADO : Ciocchetti & Irmão

- P A R E C E R -

O processo atende do ponto de vista formal as exigências da lei e instruções contidas no prejudgado 38, do Colendo TST. Trata-se de dissídio coletivo de reajuste salarial.

Pelo conhecimento do dissídio.

A reconstituição salarial de fls.20/21, arroja um percentual de 19,60% para o aumento normativo.

A fls.26, em audiência, as partes se compuseram da forma a seguir exposta:

- 1ª) a firma empregadora, Ciocchetti & Irmão, concorda em conceder um aumento salarial, na base de vinte e três (23%) por cento, a todos os seus empregados, qualquer que seja a idade, sexo ou função;
- 2ª) esse aumento incidirá sobre o salário de outubro de mil novecentos e setenta e um (1971), reajustado por força de acordo anterior, qualquer que seja a fórmula de pagamento de salários, por mês, dia, hora ou tarefa;
- 3ª) será permitida a compensação dos aumentos espontâneos concedidos a partir da data base, salvo os devidos por maioridade ou promoção;
- 4ª) fica estabelecido o piso salarial de Cr.\$350,00 (trezentos e cinquenta cruzeiros) e, em consequência, nenhum empregado poderá receber salário inferior àquela importância;
- 5ª) o presente acordo é válido por um ano, isto é, até 30 de setembro de 1973, com início a partir de 1ª de outubro do corrente ano;
- 6ª) do salário deste mês de outubro será deduzida a importância de Cr.\$10,00 de todos os empregados sindicalizados ou não, a favor do Sindicato ora repre-



27/28

sentado. A suscitada discorda do pagamento da contribuição inserta na alínea "b" do item 1º da inicial, por considerá-la onerosa para os seus cofres, e o suscitante, reconhecendo essa alegação como justa, dela desiste."

D. venia, a Procuradoria impugna o referido acôrdo, e propõe a sua não homologação, pura e simples, pelos seguintes motivos:

Já em 1970, como consta de fls.6/7 (certidão do Ministério do Trabalho), efetivou-se um acôrdo danoso à Política Salarial, violando-se as leis de reajuste salarial, concedendo um aumento de 25%, para um índice oficial de 21,52 ... !

Aliás, a certidão em sua parte final, menciona a data de 24 de março de 1972, quando aquele acôrdo remonta a 1970 !

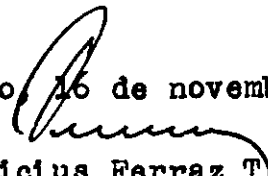
De outro lado, a elevação do percentual, agora, alcança a 23%, ultrapassando também em mais de 3% o índice oficial.

Há também a cláusula piso, em violação à Política Oficial e entendimento da maioria dêste E. Tribunal.

De resto, a se conceder homologação a acordos desta natureza, estar-se-ia propiciando condições para uma vulneração franca na Política Salarial do Governo, cuja eficácia é por todos reconhecida e acatada.

É o parecer.

São Paulo, 16 de novembro de 1972



Vinícius Ferraz Torres
PROCURADOR REGIONAL

LR/

Comissão de Trabalho e
Previdência Social
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Trabalho e
Previdência Social

Em, 17 de

1972



P. Costa



32

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO — 2ª REGIÃO — SÃO PAULO

Processo T. R. T. — S. P. N.º 177/72 HA

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Sr. Presidente do Tribunal

São Paulo, 21 de novembro de 1972

Secretário do Tribunal

A distribuição.

São Paulo, 21 de novembro de 1972

Presidente

Sorteado Relator o Sr. Juiz FRANCISCO GARCIA MONREAL JUNIOR

Revisor o Sr. Juiz ~~ALFONSO TAVARES FILHO~~ MARCELINO MARGUES.

São Paulo, 21 de novembro de 1972

Presidente

Visto ao Sr. Revisor.

São Paulo, 23 de nov. de 1972

Relator

Visto, ao Sr. Relator.

São Paulo, 24 de nov. de 1972

Revisor

C E R T I D ã O

CERTIFICO que o presente processo foi incluído
na PAUTA do dia / / PUBLICADA
em / / no Diário da Justiça
do Estado de São Paulo.
São Paulo, de de 19



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO — 2.ª REGIÃO — SÃO PAULO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Processo TRT/SP- 177/72 -A-

CERTIFICO que, em sessão hoje realizada, o Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, julgando o processo, resolveu:- por maioria de votos, homologar o acordo de fls. para que produza efeitos legais, vencidos os Exmos. Srs. Juizes Raul Duarte de Azevedo, Wilson de Souza Campos / Batalha, Reginaldo Mauger Allen e Bento Pupo Pesce. Custas em partes iguais sôbre Cr\$ 1.000,00.

Presidiu o julgamento o Exmo. Sr. Juiz Homero Diniz Gonçalves

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Juizes GABRIEL MOURA MAGALHÃES GOMES
WILSON DE SOUZA CAMPOS BATALHA REGINALDO MAUGER ALLEN BENTO PUPO PESCE
José de Barros Vieira Júnior FRANCISCO GARCIA MONREAL JUNIOR Marcelino Marques
NELSON TAPAJÓS JOSE CABRAL JÚLIO DE ARAUJO FRANCO FILHO RAUL DUARTE DE AZEVEDO
~~EDUARDO VICTOR~~ MARCOS MANUS NELSON FERREIRA DE SOUZA ANTONIO LAMARCA

Relator: o Exmo. Sr. Juiz Francisco Garcia Monreal Junior

Revisor: o Exmo. Sr. Juiz Marcelino Marques

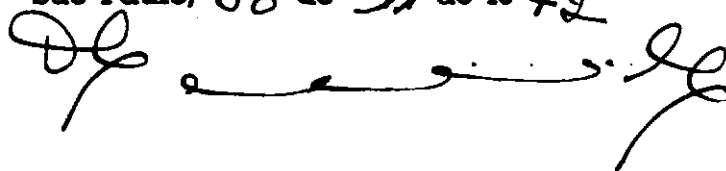
Observações:

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.
São Paulo, 27 de Junho de 1972,

Secretário do Tribunal

Recebido hoje, com minuta de acórdão

São Paulo, 30 de 11 de 1972

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and a long horizontal stroke, followed by a final flourish.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2.ª REGIÃO

34
CPM

PROCESSO TRT/SP-177/72-A- DISSÍDIO COLETIVO (ACORDO)

JAÚ-SP

ACÓRDÃO

Nº

6575 /72

V I S T O S, relatados e discutidos estes au-
tos de Dissídio Coletivo (Acordo) (Processo TRT/SP-177/72-A) -
de Jaú, neste Estado, em que figuram, suscitante SINDICATO DOS
TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE
JAÚ e como suscitado CIOCCHETTI & IRMÃO;

ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional do
Trabalho da Segunda Região, por maioria de votos, em homolo-
gar o acordo de fls. para que produza efeitos legais, vencidos
os Exmos. Srs. Juízes Raul Duarte de Azevedo, Wilson de Souza
Campos Batalha, Reginaldo Mauger Allen e Bento Pupo Pesce.

Custas em partes iguais sobre R\$ 1.000,00.

São Paulo, 27 de novembro de 1972.


HOMERO DINIZ GONÇALVES

PRESIDENTE


FRANCISCO GARCIA MONREAL JUNIOR

RELATOR


VINICIUS FERRAZ TORRES

PROCURADOR

(CIENTE)

LR

R.30/11/72

D. 1/12/72



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2.ª REGIÃO - SÃO PAULO

CERTIDÃO E REMESSA

CERTIFICO QUE A PARTE DECISÓRIA DÊSTE ACÓRDÃO
FOI PUBLICADA EM SESSÃO DO TRIBUNAL DO DIA 4 / 12 / 1.972
E NO DIÁRIO OFICIAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO DO DIA
7 / 12 / 1.972

NESTA DATA, FAÇO REMESSA DOS PRESENTES AUTOS
AO SERVIÇO PROCESSUAL.

SÃO PAULO, 7 DE 12 DE 1.972

Al. B. B. B.
SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2.ª REGIÃO - SÃO PAULO

36
4

PROCESSO TRT/SP Nº 177/72-A
ACÓRDÃO Nº 6575/72

CARGA DE PROCESSO

NESTA DATA, FIZ CARGA DOS PRESENTES AUTOS AO
DR. Vinicius Ferraz Torres.

SÃO PAULO, 11/12/72.

[Assinatura]
SERVIÇO PROCESSUAL

RECEBIMENTO

RECEBI, NESTA DATA, OS PRESENTE AUTOS.

SÃO PAULO, 19/12/72.

[Assinatura]
SERVIÇO PROCESSUAL

COMPANHIA

Nesta data junto aos presentes

antes os requisitos de

3201/72

S. Paulo, 13 de 12 de 72

~~AP~~

COMPANHIA

ai 65-15/2

38



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
PROCURADORIA REGIONAL TRABALHO 2ª REGIÃO

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DO E. TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO

TRT - 2ª Região
Fl. 3201 1/2
Em 12/12/72

J. Conclusos
São Paulo, 12/12/72

Procurador

Pet. 27/72

A PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO, pelo Procurador que esta subscreve, não se conformando, "data venia", com o v. acórdão proferido no processo nº TRT SP 177/72-A, em que são partes: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JAÚ, como suscitante, e CIOCHETTI & IRMÃO, como suscitados, vem dele recorrer, como de fato recorrido tem, para o E. Tribunal Superior do Trabalho, com fundamento no art. 6º da Lei nº 4.725, de 13-7-1965 e art. 8º da Lei nº 5.584, de 26-6-1970, com as razões anexas, processado e encaminhado o recurso na forma da lei.

R A Z Õ E S D E R E C U R S O

Preliminar de efeito suspensivo

1) Em sessão de 4-12-1972 o Tribunal Regional do Trabalho, sediado em São Paulo, houve por bem reajustar os salários dos empregados da categoria profissional relativa ao dissídio coletivo nº TRT SP 177/72-A, na porcentagem de 23%.

2) Ao assim decidir, o E. Tribunal deixou de atender ao disposto no art. 2º da Lei 4.725, com a nova redação contida na Lei 4.903, de 16-12-65, eis que os cálculos, na conformidade da exigência legal, apontavam a majoração de 19,60% como adequada, o que viola, ainda, o art. 623 da C.L.T. e as instruções contidas no recente prejulgado nº 38/71, dêsse C. Tribunal.

3) Este reajustamento salarial, por isso mesmo, é objeto de recurso desta Procuradoria Regional, conforme art. 8º da Lei 5.584, de 26-6-1970 (D.O. 29-6-70),



3A

que determina:

"Das decisões proferidas nos dissídios coletivos poderá a União interpor recurso o qual será sempre recebido no efeito suspensivo quanto à parte que exceder o índice fixado pela política salarial do Governo."

4) Assim, ao exceder em 3,40% os limites da lei, o v. julgado, além de infringir as leis que regulam a política salarial, provoca repercussões ilusórias junto às numerosas categorias de trabalhadores, ao mesmo tempo que produz perigosos efeitos na Economia Nacional.

5) Destarte, forçoso impedir que as elevações de salários sejam distorcidas pela elevação consequente de preços, quando a Lei 4.725, de 13-7-1965, c/c a Lei nº 5.451, de 12-6-1968, teve em vista a necessidade premente de combate à inflação, instituindo cálculos rigorosos para os reajustamentos salariais.

6) Imperativa, portanto, a concessão de efeito suspensivo ao recurso interposto por esta Procuradoria Regional, conforme art. 8º da Lei 5.584, de 26-6-70, para supressão dos 3,40% da majoração excedente dos cálculos oficiais, até que seja julgado o recurso aludido.

M É R I T O

1) Trata-se de acórdão do E. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em que foram desprezados os cálculos oficiais para a majoração salarial, com violação expressa das leis aplicáveis.

2) Na hipótese, impõe-se a aplicação de legislação imprescindível no combate à inflação e defesa da estabilidade monetária, motivo pelo qual vem esta Procuradoria Regional à E. Instância Superior, pugnando pelo provimento de seu recurso, afim de ser aplicado o índice conforme a política salarial do Governo.

3) Estão em debate, uma vez mais, a Lei nº 4.725, de 13-7-1965 e a Lei nº 4.903, de 16-12-1965; o Dec. Lei nº 15, de 29-7-1966 e o Dec. Lei 17, de 22-8-1966. Mas é principalmente o art. 2º da Lei 4.725 que interessa e que desaprova o v. julgado, que viola, ainda, a norma



38

expressa do art. 623 da C.L.T.

Dai a razão dêste recurso, que deve ser provido afim de ser assegurado o pleno cumprimento das leis vigentes.

Nestes termos, P. E. deferimento e justiça, com a devida vênia da E. Procuradoria Geral para postular perante êsse E. Tribunal.

São Paulo, 12 de dezembro de 1972

Pérola Sterman
Pérola Sterman

PROCURADOR REGIONAL SUBSTª

LR/



42
518

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ QUE EM

22.1.23 DECORREU O PRAZO PARA CONTRA-RAZÕES.

SÃO PAULO, 7.2.23

Flavio
DIRETOR DO SERVIÇO JUDICIÁRIO

DE ORDEM DO EXMO. SR. PRESIDENTE DO TRIBUNAL, ENCAMINHO OS PRESENTES AUTOS AO COLENDO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, PARA OS DEVIDOS FINS.

SÃO PAULO, 7.2.23

[Assinatura]
SECRETÁRIO DO TRIBUNAL

REMESSA

AOS 13 DIAS DO MÊS DE 2

DE 1923, FAÇO REMESSA DÊSTES AUTOS AO COLENDO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

DO QUE, PARA CONSTAR, LAVREI ÊSTE TÊRMO.

[Assinatura]

41
Vzelle

TÉRMO DE AUTUAÇÃO

Aos 21 dias do mês de fevereiro
de 1983, autuei o presente recurso de ordem ordinário o qual tomou o
N.º RO-DC-64173

Almeida N. S. Rocha

TÉRMO DE REVISÃO DE FÓLHAS

Contêm estes autos 41 folhas, todas
numeradas, do que, para constar, lavro este termo, aos 21
dias do mês fevereiro de 1983.

Almeida N. S. Rocha

REMESSA

Aos 21 dias do mês de fevereiro
de 1983, faço remessa destes autos ao Dr. Procurador Geral da
Justiça do trabalho. Do que, para constar, lavrei este termo.

Almeida N. S. Rocha

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Certifico que o Dr. Procurador Geral, em audiência pública de 27/02/73, distribuiu o presente processo ao

Procurador Dr. Walter Campos de

Almeida

Em 27/02/73.

Il. Sr. Dr. Alberto

CHEFE SUBSIST. S. D.

ENTREGUE AO DR. PROCURADOR
GUANABARA, 27 / 03 / 73

Il. Sr. Dr. Alberto
REPRESENTAÇÃO DA PGJT



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho

TST-RO-DE-64/73 - 2ª Reg.

WA/AMGM

RECORRENTE: - PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO
DA SEGUNDA REGIÃO

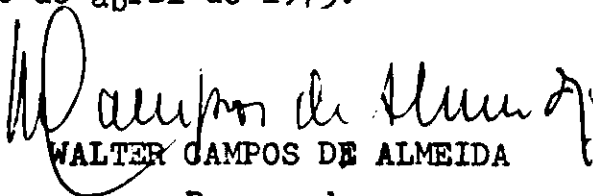
RECORRIDOS: - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS
DE CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JAU E CIO-
CHETTI & IRMÃO.

P A R E C E R

1. Recorre a P.R. esclarecendo que o percentual fixado de 23% deve ser reduzido para 19,60% que é o índice indicado pela autoridade competente.

2. Nosso parecer é pelo provimento do apêlo para que se reforme o julgado, reduzindo-se o percentual de aumento na conformidade do enunciado no recurso.

Rio, 10 de abril de 1973.


WALTER CAMPOS DE ALMEIDA

Procurador

Restitua-se ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do Colegiado
Tribunal Superior do Trabalho, com o parecer do Procurador.

Em 07, 05, 73

J. C. de S. Opho
CHEFE SUBST. - S. D.

TÉRMO DE REMESSA

Aos 9 dias do mês de maio de 1973

faço remessa destes autos ao _____

_____ S. E. E. _____

que para constar, lavrei este termo.

General Taylor J. G. G. G.
D. A. C. S. Distribuição

TRIPUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS

PROCESSO Nº TST -RO-DC-64/73

MESES E ANOS	ÍNDICES DO SAL. NOMINAL	COEFICIENTES DE CORREÇÃO	ÍNDICES DO SALÁRIO REAL
Outubro 70	100	1,41	141,0
Novembro	100	1,38	138,0
Dezembro	100	1,37	137,0
Janeiro 71	100	1,35	135,0
Fevereiro	100	1,34	134,0
Março	100	1,31	131,0
Abril	100	1,30	130,0
Maio	100	1,28	128,0
Junho	100	1,26	126,0
Julho	100	1,24	124,0
Agosto	100	1,21	121,0
Setembro	100	1,19	119,0
Outubro	(122,0) 125,3	1,18	147,9
Novembro	125,3	1,16	145,3
Dezembro	125,3	1,15	144,1
Janeiro 72	125,3	1,13	141,6
Fevereiro	125,3	1,12	140,3
Março	125,3	1,09	136,6
Abril	125,3	1,07	134,1
Maio	125,3	1,05	131,6
Junho	125,3	1,04	130,3
Julho	125,3	1,03	129,1
Agosto	125,3	1,02	127,8
Setembro	125,3	1,01	126,6

ÍNDICE TOTAL DO SALÁRIO REAL MÉDIO-3 199,3 : 24 = 133,3
133,3 x 1,06 = 141,3
141,3 : 125,3 = 1,1277 .". 12,77% + 3,50% = 16,27%
125,3 x 1,1627 = 145,7
145,7 : 122,0 = 1,1943 .". 19,43%.



44
P

TST-RO-DC-64/73

RECORRENTE : Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho
da 2a. Região.

RECORRIDOS : Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da
Construção e do Mobiliário de Jaú e Ciochetti
& Irmão.

Revisando os cálculos efetuados às fls. 20 pe
lo Tribunal Regional do Trabalho, utilizamos o fator de cor
reção 1,0274 e os coeficientes do mês de setembro de 1972,
mês de instauração do dissídio coletivo, conforme o item
VII do Prejulgado nº 38, e chegamos à taxa de reajustamento
salarial de 19,43%.

Encaminhe-se ao Serviço de Distribuição.
SEE, em 10 de maio de 1973.



Rudyard Starling Soares
Diretor

SRS./

45

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

À DISTRIBUIÇÃO

Em, 14 de maio de 1973


MINISTRO - PRESIDENTE

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Sorteado Relator o Exmo. Sr. Ministro THELIO DA COSTA MONTEIRO

Designado Revisor o Exmo. Sr. Ministro FORTUNATO PERES JR.

Em, 14 de maio de 1973


DIRETOR DO S.D.

CONCLUSÃO

Nesta data, faço êstes autos conclusos ao Exmo. Sr. Relator.

Em, 14 de maio de 1973


SECRETÁRIO

VISTO

Em, 14 de maio de 1973


RELATOR

CONCLUSÃO

Nesta data, faço êstes autos conclusos ao Exmo. Sr. Revisor.

Em, 14 de maio de 1973

SECRETÁRIO

VISTO

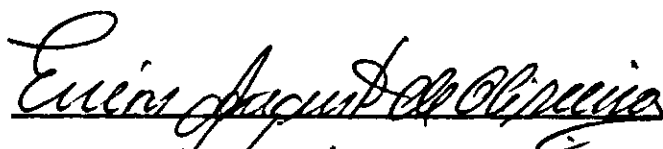
Em, 14 de maio de 1973


REVISOR

Carriers - see index
Aug 5-5-73
Lambert


Tendo em vista o impedimento declarado do Exmo. Sr. Ministro Thelio da Costa Monteiro, Relator, faço a remessa nesta data, dos presentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Ministro Presidente.

Em 16 de maio de 1 973


P/ Secretário

A nova distribuição

Em 16 de maio de 1 973


Ministro Presidente

47

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

À DISTRIBUIÇÃO

Em, 21 de Maio de 1973


MINISTRO - PRESIDENTE

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Sorteado Relator o Exmo. Sr. Ministro **STARLING SOARES**

Designado Revisor o Exmo. Sr. Ministro **LIMA TEIXEIRA**

Em, 21 de Maio de 1973


DIRETOR DO S.D.

CONCLUSÃO

Nesta data, faço êstes autos conclusos ao Exmo. Sr. Relator.

Em, 21 de maio de 1973


SECRETÁRIO

VISTO

Em, 30 de Maio de 1973


RELATOR

CONCLUSÃO

Nesta data, faço êstes autos conclusos ao Exmo. Sr. Revisor.

Em, 31 de maio de 1973


SECRETÁRIO

VISTO

Em, 3 de Junho de 1973


REVISOR



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Processo TST N.º RO/DC - 64/73

CERTIFICO que o Tribunal Superior do Trabalho, em sessão plena, hoje realizada, julgou os presentes autos, tendo resolvido dar provimento ao recurso a fim de fixar em 20% o índice de reajustamento, vencidos os senhores Ministros Lima Teixeira, revisor, Leão Velloso e Rudor Blumm.

Deu-se por impedido o senhor Ministro Thelmo da Costa Monteiro.

/ES.

Tomaram parte no julgamento os seguintes Srs. Ministros:

Lima Teixeira, Starling Soares, Raymundo de Souza Moura, Renato
Gomes Machado, Antônio Rodrigues de Amorim, Rezende Puech, Leão
Velloso, Barata Silva, Rudor Blumm, Orlando Coutinho, Ribeiro de
Vilhena e Fortunato Peres Júnior.

OBSERVAÇÕES:

PROCURADOR GERAL- Doutor Marco Aurélio Prates de Macêdo

ADVOGADO DO RECORRIDO: Dr. Alino da Costa Monteiro

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.

Brasília,

~~12 de Janeiro~~ 18 de junho de 1973


Antonio Luiz Pereira
Secretário do Tribunal

49
AS

REMESSA

Nesta data, faz-se a remessa dos presente
autos à S. A., para os fins de direito.

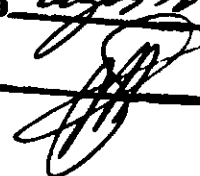
Em

19. 6. 78

Osvaldo Stavale

SECRETARIO DE JUNTAS

JUNTADA

Juntel ao processo o acórdão
de fls. 50/51
S. A. 2 de ago de 1943




52

ACÓRDÃO

(Ac. TP. - 998/73)

GSS/NVM

PROC. Nº T.S.T. - R0-DC-64/73

DISSÍDIO COLETIVO. Recurso a que se dá provimento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso ordinário em dissídio coletivo nº T.S.T.-R0 - DC-64/73, em que é Redorrente PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2ª. REGIÃO e Recorridos SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JAÚ E CIOCHETTI & IRMÃO:

Trata o presente feito de homologação de acordo, concretizada pelo Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 2ª. Região, conclusão de fl. 34, para que produzisse ele os seus efeitos legais. O índice objeto do acordo foi fixado em 23%, em discordância com o cálculo procedido no Serviço de Estatística do Egrégio Regional, às fls. 19/21, na base de 19,60%.

Recorreu a douta Procuradoria Regional citando os textos de lei e respectivos incisos, pleiteando o efeito suspensivo, na forma do art. 8º, da Lei 5.584/70.

Subiram os autos e a douta Procuradoria Geral opinou pela redução do índice para 19,60%.

O Serviço de Estatística e Estudos Econômicos, deste Colendo Tribunal Superior do Trabalho, aferindo os cálculos, encontrou o índice de 19,34%.

É o relatório.

V O T O.

Em harmonia com a jurisprudência deste Colendo Tribunal Superior do Trabalho, é acolhido o recurso e provido o mesmo para que se fixe em 20% o índice de reajustamento, aplicando-se à hipótese vertente o Prejulgado nº 38 deste Colendo Tribunal, com as modificações decorrentes da Resolução nº 87, igualmente desta Alta Corte de Justiça do Trabalho.

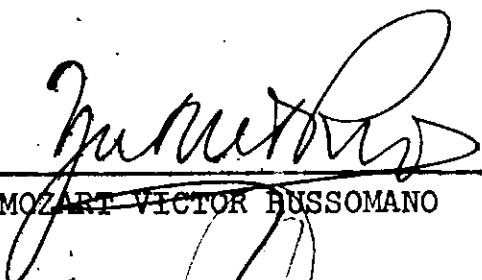
ISTO POSTO:

PROC. Nº T.S.T.-RO-DC-64/73

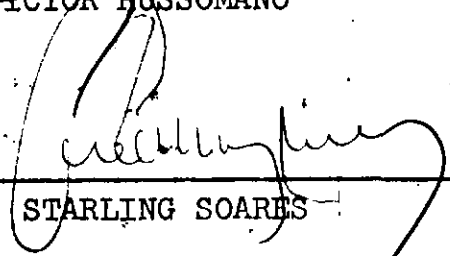
ISTO POSTO:

A C O R D A M os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, por maioria de votos, dar provimento ao recurso, a fim de fixar em 20 %(vinte por cento) o índice de reajustamento.

BRASILIA, 18 de junho de 1973.



MOZART VICTOR BUSSOMANO PRESIDENTE



GERALDO STARLING SOARES RELATOR

CIENTE: 

MARCO AURÉLIO PRATES DE MACEDO PROCURADOR GERAL

PUBLICAÇÃO

Certifico que o acréscito sobre foi publicado
no "Diário da Justiça" de 7. 8. 1972

Em 8 de agosto de 1972

[Handwritten signature]

12

Transmita-se ao Serviço de
Recursos.

Em, 8.8.73

Antônio Noleto
Diretor de S. R.

REMESSA

Ao SC, para certificar-se foi interposto recurso
da decisão de fls. 24

, 24 de 8 de 1973

Diretor de S. R.

S. COMUNICAÇÕES

Recebido hoje

Em 24/8/73

CERTIDÃO E REMESSA

Certifico que, até esta data, não foi interposto
qualquer recurso, por isso que faço remessa dos
autos a o TRT- 2ª Região
e, para constar, lauro este termo,

T. S: T., 24/ 08 / 1973

Thaís de Bultr
p/ Diretora do SC.

T. R. T. - 2.ª REGIÃO - SERVIÇO
DE COMUNICAÇÕES
RECEBIDO EM 28/8/73

Helena de Souza Diggelmann
Chefe de Serviço de Comunicações

CONCLUSÃO

NESTA DATA, FAÇO CONCLUSOS OS PRESENTES
AUTOS AO EXMO. SR. PRESIDENTE DO TRIBUNAL.
São Paulo, 28 de 8 de 19 73

[Signature]
SECRETARIO DO TRIBUNAL

Cumpra-se
São Paulo, 28 de 8 de 19 73

[Signature]
PRESIDENTE

PROVIDENCIADO	
Ofício N.º	<u>6054</u> / <u>73</u>
Registro Postal	<u>111748</u>
cuja copia segue	<u>4</u> / <u>9</u> / <u>73</u>
<i>Alda Souza</i>	
CHEFE DA S. P.	

53
48

6054/73

3 de setembro de 1973

Diretora do Serviço Judiciário do TET da 2ª Região
Sind. dos Trabs. Inds. da Construção e do Mobiliário de Jau.
Rua Amaral Gurgel, 134 - Jau - SP

Ac. 6575/72 - Acordo e Dissídio Coletivo

177/72

Sind. dos Trabs. Inds. da Construção e do Mobiliário de
Jau.
Ciecchetti & Irmãos.

39,00

Trinta e nove cruzeiros)

.
.


Ivone Vasali

PROVIDENCIADO	
6054	73
J. 11/749	
4 19 73	
Alda Eugén	

54
AS

6057/73

3 de setembro de 1973

Diretora de Serviço Judiciário do TRT da 2ª Região

Ciocchetti & Irmãos.

Rua Coronel Pedro Alexandrino nº 23 - Bocaina - SP

Ac. 6575/72 - Acordo e Dissídio Coletivo

177/72

Sind.Trabs.Inds.da Construção e do Mobiliário de Jan.

Ciocchetti & Irmãos.

39,00

Trinta e nove cruzeiros) .*.~*.~*.~*.

.....
.....


Ivone Casali

01 - DATA DO VENCIMENTO

17- 9 -73

02 - PROCESSO Nº

177/72
Ac. 6575/72

03 - CPF ou CGC

04 - GUIA Nº

1124/73

05 - NOME ou RAZÃO SOCIAL DO CONTRIBUINTE

CIOCCHETTI & IRMÃOS.

06 - ENDEREÇO DO CONTRIBUINTE

(01) RUA, AVENIDA, PRAÇA, Nº, SALA, APTO.

(02) BAIRRO, DISTRITO, MUNICÍPIO, CIDADE

(03) SIGLA DA
UF.

MINISTÉRIO DA FAZENDA - Secretaria da Receita Federal

PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS E EMOLUMENTOS

3.ª

VIA

07 - RECOLHIMENTO

CÓDIGO	VALOR - CR\$
(01) EMOLUMENTOS	
(02) CUSTAS	39,00
(03) TOTAL	39,00

08 - ÓRGÃO EXPEDIDOR

TRT-SERVIÇO PROCESSUAL

09 - RECLAMANTE

SIND. TRABS. INDS. CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JAU.

10 - RECLAMADO

CIOCCHETTI & IRMÃOS.

11 - AUTENTICAÇÃO

Danessa-Av. Ipiranga, 916

[REDACTED]

[REDACTED]



[REDACTED]



JUSTIÇA DO TRABALHO

55
g



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

CERTIFICO QUE FORAM PAGAS AS CUSTAS NA
IMPORTÂNCIA DE CR\$ 39,00 (Trinta e nove -
cruzeiros) . * . * . * . * . * . * . * . * . *

CONFORME GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 1124/73

DE 17 DE setembro DE 1973

19 DE setembro DE 1973

F U N C I O N Á R I O

01 - DATA DO VENCIMENTO

19-9-73

02 - PROCESSO Nº

177/72

Ac. 6575/72

03 - CPF ou CGC

04 - GUIA Nº

1133/73

05 - NOME ou RAZÃO SOCIAL DO CONTRIBUINTE

Sind. dos Trabs. Inds. da Construção e do Mobiliário de Jau.

06 - ENDEREÇO DO CONTRIBUINTE

(01) RUA, AVENIDA, PRAÇA, Nº, SALA, APTO.

(02) BAIRRO, DISTRITO, MUNICÍPIO, CIDADE

(03) SIGLA DA U.F.



MINISTÉRIO DA FAZENDA - Secretaria da Receita Federal

PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS E EMOLUMENTOS

3.ª

VIA

06 - ÓRGÃO EXPEDIDOR

TAT-SERVIÇO PROCESSUAL

07 - RECOLHIMENTO

CÓDIGO	VALOR - CR\$
(01) EMOLUMENTOS	
(02) CUSTAS	59,00
(03) TOTAL	59,00

09 - RECLAMANTE

Sind. dos Trabs. Inds. da Construção e do Mobiliário de Jau.

10 - RECLAMADO

Ciocchetti & Irmãos.

11 - AUTENTICAÇÃO

Banespa-Av. Ipiranga, 916

1m

MODELO APROVADO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF Nº 23/72

1.0 U-1.5

MODELO SRF/CIFF 00.15

La VIA - Tesouro Nacional - 2.ª VIA - Recibo de Paga - 3.ª VIA - Process - 4.ª VIA - Arquivo

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]





57



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

CERTIFICO QUE FORAM PAGAS AS CUSTAS NA
IMPORTÂNCIA DE CR\$ 39,00 (Trinta e nove
cruzeiros)

CONFORME GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 1133/73

DE 19 DE setembro DE 1973

21 DE setembro DE 1973

Donde
FUNCIONÁRIO

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes
autos ao Exmo. sr. Juiz **PRESIDENTE**

DO TRIBUNAL
São Paulo, 24 de Set. de 19 73

SECRETÁRIO DO T.R.T.

ARQUIVE - SE

São Paulo, 24 / 9 / 1973

4
Funcionário

INDIVIDUAL RECORD
DO NOT WRITE IN THESE SPACES
ACQUIRED IN 1973, 10, 73

SIGNATURE



FLASH =

04